



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

EXPOSIÇÃO DO
SENHOR ENRIQUE V. IGLESIAS,
PRESIDENTE DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA
CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS,
NA SESSÃO DE ABERTURA DA
REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

11 de março de 2002

A. Introdução

Pela terceira vez em sua história os Governadores do Banco se encontram no Brasil. Desta vez no coração do nordeste brasileiro, nesta histórica cidade de Fortaleza, que tão ligada está ao passado deste grande país e à qual desejo manifestar, em nome do BID e no meu próprio nome, nosso profundo agradecimento pela cálida acolhida que nos proporcionou, que se enquadra dentro das melhores tradições da conhecida hospitalidade brasileira. Agradecer às autoridades nacionais, estaduais e municipais, e a cada um dos indivíduos que trabalharam abnegadamente para assegurar o êxito desta reunião consumiria um tempo desmedido; assim, peço que me desculpem se não faço mais que dizer *muito, muito, obrigado*.

O Brasil que nos recebe hoje é distinto do Brasil em cujo solo há 44 anos foram lançadas as sementes das quais germinou o BID sob a inspiração do Presidente Juscelino Kubitschek. Hoje é a oitava economia do mundo e ocupa um lugar proeminente não somente em nossa região, mas também no mais amplo concerto das nações do mundo. Seria impossível destacar todos os avanços alcançados pelo Brasil e os brasileiros neste meio século, mas se há algo que sobressai é a maneira como estão conseguindo dotar-se do que possivelmente é o elemento mais importante para assegurar o progresso: uma boa governabilidade.

Não foi uma tarefa fácil. O Brasil voltou à democracia com uma constituição que refletia grandes e nobres aspirações, mas que não eram suficientes para assegurar a governabilidade de um país tão diverso. Consistentemente, sempre respeitando os cânones e as instituições democráticas, e após um amplo diálogo entre os diversos integrantes da sociedade, foram superados os obstáculos que impediam converter essas aspirações em realidade. Os resultados no campo da economia e o melhoramento dos indicadores sociais foram significativos. Evidentemente, resta muito a fazer, particularmente no campo social, mas somos profundamente otimistas a respeito do futuro deste país. Um Brasil com crescimento vigoroso e com uma sociedade cada vez mais justa é fundamental, não só para o povo brasileiro, mas também para toda a América Latina e o Caribe. O progresso ocorre atualmente em sociedades abertas, sociedades que para funcionar requerem o progresso econômico e a inclusão social. O Brasil nos mostra que um Estado eficaz, que reconhece a importância dos direitos dos cidadãos e o efeito multiplicador dos investimentos sociais que promovem a solidariedade e a coesão social, junto a um mercado vigoroso e criativo, com regras claras e transparentes, é um instrumento essencial para a participação do povo brasileiro num mundo mais integrado.

Dizia Gilberto Freyre que “o ideal brasileiro da felicidade humana não se reduz à conquista de vantagens ou comodidades puramente materiais; inclui o desenvolvimento da personalidade humana por processos que parecem ter sido determinados através do largo

intercâmbio de valores intelectuais e morais que o contato democrático entre várias raças e culturas tornou possível”. E acrescenta que “parece que ao Brasil há de caber notável contribuição ao desenvolvimento da personalidade humana no mundo moderno”. Gilberto Freyre está certo, mas eu me atreveria a ir mais longe do que permite a modéstia deste grande escritor e sugeriria que o Brasil tem o dever de fazer uma contribuição, e que essa contribuição, além de ser “peculiar”, como ele diz, deveria ser própria e particular, inconfundivelmente brasileira. Nessa contribuição, a dimensão humanista do desenvolvimento deverá estar no centro de sua mensagem.

B. A economia regional em 2001

Há um ano, nesta mesma tribuna, anunciamos aos Governadores que a etapa de desaceleração econômica a que nos levaram as sucessivas crises financeiras na Ásia e Rússia pareciam ter sido superadas. Com efeito, o ano 2000 marcou uma clara reversão do ciclo na América Latina e no Caribe. A região teve um crescimento de mais de 4%, que se compara favoravelmente ao crescimento de 1999, de apenas 0,5%. O ano 2001 permitia esperar um crescimento similar ou mesmo superior. Todavia, o resultado final da evolução da região em seu conjunto alcançou uma média de apenas 1%.

Três fatores principais estiveram por trás desses resultados tão decepcionantes:

Primeiro, o aprofundamento da desaceleração do ciclo econômico nos três grandes motores da economia mundial, Estados Unidos, Europa, e Japão, que em forma sincronizada e pouco comum viram diminuir seu crescimento e debilitar a economia mundial.

Segundo, os trágicos e dolorosos acontecimentos de 11 de setembro provocados pelo terrorismo tiveram inevitáveis conseqüências políticas, econômicas e sociais que afetaram igualmente a nossa região.

Terceiro, a recorrência do fenômeno de vulnerabilidade financeira na América Latina e no Caribe, que se agravou na segunda metade do ano.

Vejamos brevemente as implicações que cada um destes três fatores teve na economia regional no ano transcorrido.

- Os preços das matérias-primas, incluindo o petróleo, baixaram precipitadamente, o que significou um corte muito importante nas receitas de exportação da região. Em alguns casos, como ocorreu com os metais e os grãos, esta queda obedeceu a razões puramente conjunturais: as flutuações próprias do ciclo econômico. Em outros, porém, obedeceu a razões estruturais: sobreprodução no âmbito mundial ou perda de competitividade de nossas exportações. Este último é, por exemplo, o caso do açúcar e do café, tão importantes para um grande número dos pequenos

produtores da região. Os fluxos financeiros também diminuíram, e os investimentos de carteira praticamente desapareceram nos últimos dois anos. O investimento direto privado manteve seus níveis, mas há indícios de que começa a receber os mesmos sinais econômicos, tanto nos países industrializados como nos países emergentes, que conduzem a uma preocupante perda de dinamismo. Por último, não poderia deixar de mencionar igualmente que a queda da taxa de expansão do produto no âmbito mundial teve um impacto muito forte no comércio mundial, cujo ritmo de crescimento baixou de 12% em 2000 para apenas 1%.

Todos estes fatores repercutiram fortemente nas taxas de crescimento da região, embora devamos mencionar exceções na análise dessa média. O importante é destacar que os países resistiram à tentação de responder a essa conjuntura dando marcha a ré. Esforçaram-se para manter a boa administração de suas economias. Com efeito, mantiveram-se a disciplina fiscal, a ortodoxia monetária e a abertura dos mercados, pagando com freqüência altos custos. Tudo isso teve repercussões inevitáveis sobre o desemprego, que na maioria dos países piorou significativamente. Esta fase recessiva do ciclo causou também um aumento da pobreza, marginalidade e exclusão.

- Os acontecimentos de 11 de setembro tiveram também um sério impacto negativo nos países da região, especialmente aqueles que estão mais ligados nas áreas do comércio e serviços de turismo à economia dos Estados Unidos. Neste último campo, os países da América Central e do Caribe foram os mais fortemente afetados. A recuperação das correntes turísticas começa a ser vislumbrada, mas não deixa de ser muito lenta. Outro tanto poderíamos dizer do impacto destes fenômenos sobre as remessas familiares, ou mesmo o aumento dos custos das exportações derivado do maior custo da cobertura de riscos por razões de segurança.
- A região experimentou nestes últimos anos sérias crises financeiras e de balanço de pagamentos, que tiveram sua origem em fatores externos, como os que acabo de mencionar, bem como em erros de políticas econômicas internas. A Argentina é o mais recente dos casos dessa série de crises. Desta vez, porém, ao contrário das crises precedentes, a crise argentina não está tendo um efeito de contágio generalizado sobre a maioria dos mercados regionais, o que parece obedecer a uma maior racionalidade dos mercados para discriminar estas crises. Mas sua incidência sobre as estimativas do risco sub-regional é inevitável.

Parece que a economia global no início de 2002 permite esperar uma recuperação moderada este ano, algo que surgiu claramente da última reunião dos ministros de finanças do G7 recentemente celebrada em Ottawa. Esta recuperação estará

liderada pela economia dos Estados Unidos, dada a contínua fragilidade da economia japonesa e a debilidade do crescimento da economia da União Européia.

Se estas projeções forem confirmadas, haveria um efeito muito positivo sobre a região, podendo recuperar-se os mercados de matérias-primas e de serviços, especialmente na área de montagem e de turismo, que predominam nas economias fortemente ligadas à norte-americana.

Mas no melhor dos casos essa recuperação só será visível e generalizada durante o próximo ano. Prevê-se que 2002 será pouco propício, com um crescimento lento.

Reconhecendo que todos os países estão passando por situações especiais que não são facilmente redutíveis a médias simples, devemos nos perguntar como nos situamos como região e como países diante desta conjuntura.

Em outras ocasiões mostramos as grandes linhas de política para alcançar os objetivos econômicos e sociais que aspiramos para a região. Essas políticas estão refletidas nas grandes áreas para a ação do Banco identificadas em sua *estratégia institucional*: o apoio à modernização do Estado, o aumento da competitividade, o desenvolvimento social e o fortalecimento da integração regional.

Sem necessidade de insistir nisso, queria agora destacar algumas linhas prioritárias de ação diante do ciclo que estamos vivendo. Estas diretrizes teriam os seguintes objetivos principais:

primeiro, o alívio dos custos sociais derivados do baixo crescimento, em particular o impacto na pobreza e no desemprego;

segundo, a recuperação de um crescimento econômico que seja inclusivo e se sustente em maiores taxas de poupança e de competitividade das exportações;

terceiro, a redução da vulnerabilidade externa de nossas economias ao ciclo internacional, especialmente às turbulências derivadas do ritmo de crescimento do comércio, os fluxos financeiros e o investimento.

Em face de cada um destes objetivos, permitam-me mencionar algumas das políticas mais destacadas, que aliás são aquelas que os senhores vêm formulando e aplicando em seus países.

- **Redução dos custos sociais**

Em primeiro lugar, a redução dos custos sociais. Como não poderia ser de outra maneira, a queda da produção na maioria dos países abaixo do crescimento da população tem efeitos inevitáveis sobre o emprego, que se refletem no aumento da pobreza e da exclusão. Nestes efeitos negativos, um setor fortemente golpeado é o da pequena e microempresa, que costuma acusar muito fortemente os efeitos recessivos da economia em seu conjunto. Dada a importância deste setor dentro da economia formal e informal da região, acreditamos que é muito importante priorizar ações tais como ativar programas de emprego, mobilizar linhas de apoio à pequena e microempresa e implantar e fortalecer as redes de proteção social.

Não ignoro as dificuldades de adotar estas políticas, no contexto das restrições fiscais atuais, mas dispomos na região de experiências que nos levam a sublinhar estes objetivos de emergência para atenuar ao menos o impacto mais forte nestes setores sociais de baixa renda, aos quais devemos atender de forma prioritária nas presentes circunstâncias.

- **Recuperação do crescimento**

Em segundo lugar, a recuperação do crescimento. A melhora do ciclo internacional será sem dúvida um fator fundamental na reativação do crescimento em nossos países. Mas não pode ser o único. É preciso acelerar as ações em certas frentes cruciais da política econômica que se referem de forma especial a medidas que melhorem a competitividade, a poupança interna e o ambiente geral de estímulo ao investimento privado, tanto nacional como estrangeiro.

Estes objetivos fazem parte das políticas gerais de apoio ao crescimento, mas na atual conjuntura é imperativo ter em mente ações nos seguintes campos.

A necessidade de desenvolver ou modernizar a infra-estrutura institucional dos mercados locais e regionais de capital para que possam atrair a poupança privada, nacional e internacional, transformando-a em capital produtivo para o financiamento do investimento em nossos países. Também é essencial fortalecer os sistemas de intermediação financeira, tanto por sua importância crucial para o crescimento da atividade econômica e evolução da competitividade como para fazer frente à instabilidade dos fluxos de capital em economias abertas. Apesar do considerável avanço obtido pelos programas de reforma, é preciso continuar a melhorar a regulamentação prudente adotando um enfoque integral de supervisão dos mercados financeiros e de capital.

Fortalecer as instituições públicas, especialmente aquelas que dêem segurança jurídica ao investimento e ao cumprimento dos contratos. As crises financeiras dos últimos anos manifestaram que a segurança jurídica é fundamental para fomentar o investimento, uma realidade à qual a região deve prestar uma atenção muito especial.

A reforma do Estado, especialmente na área fiscal e de gestão pública, permitirá um aumento não só da poupança pública, mas também da qualidade e pertinência dos serviços prestados pelos diversos níveis de governo, adotando um enfoque de administração pública centrado em proporcionar serviços cujos custos, efetividade e qualidade sejam compatíveis com as demandas de um Estado moderno. Essa transformação contribuirá para reduzir o custo país para o setor privado, aumentará a competitividade de nossas economias e se traduzirá num aumento do bem-estar do cidadão comum.

▪ **Redução das vulnerabilidades externas**

Em terceiro lugar, para fazer frente às vulnerabilidades externas, as medidas mais importantes são as que, nas atuais condições, mantenham plenamente a vigência dos grandes equilíbrios macroeconômicos alcançados nas últimas décadas. Uma inflação controlada, especialmente através de uma política fiscal responsável e uma política monetária ortodoxa, é fundamental para estes propósitos.

Em última instância a redução dessas vulnerabilidades, especialmente em relação com os preços das matérias-primas, os fluxos financeiros e as correntes de investimento privado, vai depender de que se recupere o crescimento interno, mas também da qualidade dessa recuperação. Dito de outra maneira, a forma de proteger as economias em face da volatilidade do ciclo internacional dependerá fortemente de que se aumente a poupança interna, e de que se aumente e diversifique a capacidade exportadora de nossas economias.

Nos últimos anos, a queda da poupança levou a substituir o esforço interno pelo endividamento externo, ou pelos recursos provenientes das privatizações que na maioria dos casos estão chegando a limites máximos. Por sua vez, o baixo nível de poupança deprime a capacidade do serviço da dívida e cria tensões internas e externas que aumentam o risco país nos mercados internacionais. Por isso, o objetivo de um crescimento acompanhado por um aumento da poupança e por um melhor perfil exportador nos torna menos dependentes da volatilidade do comércio, dos preços das matérias-primas e dos fluxos financeiros.

Queremos reiterar a importância que tem para a América Latina e o Caribe não só o aumento do "volume" de exportações, mas também "a qualidade e diversificação das mesmas". A região, por sua alta dependência das matérias-primas, continua ligada aos componentes menos dinâmicos do comércio internacional. Aumentar a participação nas áreas como o comércio de serviços, especialmente as indústrias tecnológicas da informática, bem como o turismo, deve ser um objetivo prioritário das políticas de expansão externa das economias.

- **Integração regional**

Outra frente na qual se deve avançar com prioridade agora mais que nunca é a da integração regional, como via natural para complementar os esforços de crescimento e de participação no comércio mundial sobre bases mais eficientes.

Sempre afirmamos que um regionalismo aberto como o que a região vem buscando nos últimos tempos constitui um precioso instrumento para alentar o desenvolvimento interno de nossos países e facilitar sua inserção na economia mundial.

Em momentos de desaceleração do crescimento como o atual, torna-se ainda mais necessário ampliar e fortalecer os acordos de integração e cooperação entre países e grupos de países como um instrumento útil para, *inter alia*, reduzir as vulnerabilidades aos ciclos internacionais.

A gestão destes problemas, bem como as Rodadas de Doha e da ALCA, devem levar nossos governos a preparar suas equipes negociadoras e encarar as reformas estruturais que reclamam os processos de abertura e competitividade. Informamos à Comissão da Assembléia de Governadores acerca da importância de que os governos assumam estes desafios, bem como a disposição do Banco para cooperar com estes propósitos.

C. O questionamento das reformas

Os processos de reforma econômica adotados pelos países da América Latina e do Caribe nos últimos anos estiveram orientados pelo propósito de obter uma maior liberalização dos mercados e a abertura externa das economias. Estes processos estão sendo objeto de profundos questionamentos por amplos setores da sociedade. Dois de cada três de nossos concidadãos pensam que a situação econômica é ruim ou péssima, e apenas um de cada quatro acredita que vai melhorar.

As reformas foram implantadas na década de 90, quando prevalecia um forte crescimento nas economias industriais, no comércio internacional, nos fluxos financeiros e no investimento privado. Em anos mais recentes, quando a conjuntura internacional é de um lento crescimento e mesmo de recessão, aqueles questionamentos se tornam mais agudos e urgentes como consequência das tensões sobre o crescimento e o emprego geradas pela reversão do ciclo internacional. Tal é a situação que vive um bom número de países da região.

Creio que esse é um tema que deve ser abordado com objetividade e humildade intelectual para compreender as raízes dos questionamentos e as causas do descontentamento social.

Nos países onde as reformas conseguiram resultados palpáveis em matéria de crescimento, estabilidade de preços, abertura ao comércio internacional e modernização institucional, o questionamento surge naqueles setores defasados que não conseguiram colmar suas expectativas em matéria de renda ou emprego, ou entre aqueles que percebem uma maior desigualdade econômica.

Por outro lado, nos países onde as reformas não deram resultados, ou onde os resultados foram medíocres, os questionamentos provêm da população que continua vivendo na pobreza, no desemprego ou na exclusão, e que não percebe melhoras tangíveis após longos anos de penosos ajustes.

Estes questionamentos estão associados não só às regras que se seguiram à introdução das reformas, mas a todo o processo de globalização que as acompanha. Esta nova globalização vem adquirindo, com o impulso das tecnologias da comunicação e da informática, um extraordinário ritmo de integração internacional, financeira, de investimentos e de movimento de pessoas. Isso trouxe visíveis benefícios a um grupo de países e a setores sociais dentro dos mesmos.

Todavia, muitos setores da sociedade nacional e internacional questionam alguns dos efeitos perversos daquela globalização à qual se atribui o aumento da brecha entre países ricos e pobres, a deterioração de valores tais como a solidariedade ou a identidade cultural, ou o impacto negativo sobre a sustentabilidade ambiental.

Como se afirmou, a globalização não é um fenômeno novo. A globalização existe desde que os chineses compravam cavalos dos cítios, o Mediterrâneo importava sedas da China e os textos romanos legitimavam o benefício do comércio. Mas o que é novo, e o que dá lugar a muitos questionamentos, é a velocidade do processo e a rapidez com que se globalizaram idéias e modelos de vida. Com a transmissão instantânea das idéias e das imagens, apareceram alguns estilos de globalização que tendem a ser rejeitados localmente.

Há modelos que, sendo viáveis em alguns países, têm conseqüências indesejáveis em outros contextos, quando desestabilizam as tradições locais. Mas a história também nos mostra que tanto a imitação como a diversidade cultural são poderosos acicates para as respostas criativas. O problema contemporâneo é mais o efeito da difusão de modelos de consumo na ausência de quadros éticos compartilhados. Vivemos um momento em que há uma enorme brecha entre as retóricas, as expectativas e as práticas.

O que é desejável, por conseguinte, é uma globalização que reconheça a crescente complexidade de nossas sociedades, com uma maior flexibilidade e com maior capacidade para adaptar-se de maneira criativa aos desafios do mercado. Somente assim poderá tornar-se realidade o apelo de João Paulo II por uma globalização humanizada, e o da *Declaração do*

Milênio das Nações Unidas por uma globalização que seja uma força positiva para todos os habitantes do planeta.

Como assinalei anteriormente, creio que é necessário analisar serenamente e sem preconceito estes questionamentos para aprender as lições dos processos de reforma e para continuar trabalhando em busca de um ambiente mais humanizado e mais eqüitativo nas relações econômicas internacionais.

Sem entrar a fundo na avaliação dos resultados das reformas, gostaria de destacar algumas apreciações gerais:

- Um dos resultados mais significativos das reformas consistiu na “redução das altas taxas de inflação” que caracterizaram a América Latina e o Caribe durante as décadas de 70 e 80. Este foi sem dúvida um avanço muito importante no ordenamento das economias.
- Também creio que existem claras evidências de que as reformas ajudaram a criar um clima favorável para a reativação econômica e a superação da estagnação dos anos 80, embora o crescimento resultante tenha sido menor que o esperado. Discute-se, porém, a robustez dessa expansão, bem como sua permanência e estabilidade. O fato de que, depois do maior crescimento atribuído às reformas, este tenha regressado a um ritmo baixo e muito instável, é um antecedente que alimenta a controvérsia.
- Há uma opinião amplamente compartilhada de que “as reformas aumentaram a pobreza da região”. Os estudos não apóiam claramente essa opinião; dizem que, na medida em que as reformas estimularam o crescimento e a estabilidade, mesmo temporariamente, contribuíram para reduzir a pobreza. Mas também é certo que os índices de pobreza são inaceitavelmente elevados, e o número de pobres continua aumentando, apesar da pequena redução relativa que se observa no melhoramento da situação social dos pobres. Também é certo que as reformas geraram perdedores que em muitos casos podem estar concentrados em alguns grupos de baixa renda, enquanto os ganhadores parecem estar mais dispersos em toda a sociedade.

Estas comprovações assinalam, então, que, se tivéssemos contado com mecanismos de compensação apropriados, teríamos evitado o empobrecimento desses grupos. Isto constitui uma deficiência muito séria das reformas adotadas nos últimos anos.

- Também há uma opinião compartilhada de que “as reformas pioraram a distribuição da renda”. Nesta área é difícil fazer afirmações gerais porque as

experiências dos países parecem ter variado segundo a forma como foram implementadas as reformas. Todavia, devemos reconhecer que a liberalização comercial muitas vezes provocou aumentos nas taxas de desemprego da mão-de-obra de baixa qualificação, tendo, portanto, efeitos distributivos adversos.

- A eficácia do Estado é outra perspectiva que ilumina a dinâmica das reformas. Embora o Estado tenha sido intensamente utilizado para implementar as reformas, estas tentaram reduzir suas funções e sua importância na economia, incluindo esforços para "despolitizar" a administração da mesma. Embora se tenha optado por soluções que conduziam ao mercado, talvez como reação aos excessos do estatismo do passado, uma sustentada retórica contra as soluções que passavam pelo Estado em vários casos se traduziu num desproporcionado desmantelamento do mesmo. O desafio que fica pendente é que, ao mesmo tempo em que se deve procurar um melhor e mais transparente funcionamento dos mercados para uma eficiente distribuição dos recursos, também é preciso melhorar a "qualidade do Estado". Essa qualidade não pode ser medida unicamente pela redução do seu tamanho, mas também pela eficiência de sua gestão e responsabilidade social. Um eficiente serviço público com profissionais idôneos está no centro dessa concepção de um novo Estado.
- Outra área de discussão sobre os efeitos das reformas é a relativa à "estabilidade macroeconômica". Os efeitos variaram entre países, e não se devem tanto à magnitude das reformas como a outras condições complementares que são necessárias para que as mesmas não desestabilizem a economia. As condições ideais requerem uma política fiscal prudente e uma combinação de políticas em outros campos que impeçam desvios pronunciados da taxa de câmbio real. Em alguns países estas condições não ocorreram e as reformas trouxeram primeiro um ciclo de auge insustentável, que depois deu lugar a uma situação de desajuste fiscal e excessivo endividamento público e privado.

Estas conclusões preliminares deverão ser aprofundadas e analisadas para extrair da rica experiência dos últimos anos as lições que nos levem a abordar novas frentes de reformas, ou a modificar as existentes para alcançar plenamente os objetivos econômicos e sociais que tiveram de ser adotados.

Quando se analisam estas conclusões gerais em termos de cada país surge a pergunta obrigatória: por que estas reformas conseguiram melhores efeitos em alguns países que em outros? Para dar resposta a esta pergunta é preciso examinar as diferenças que surgem das condições iniciais quando foram implementadas as reformas, o ritmo e seqüência das mesmas, a complementaridade entre as reformas e os fatores políticos internos ou os impactos que em cada caso teve o contexto internacional. Todos estes elementos influenciam de diversas formas e intensidade os casos individuais que se observam hoje na região.

Dois fatores, porém, devem ser analisados com maior profundidade para explicar por que as reformas em alguns casos não produziram melhores resultados.

O primeiro é “a idoneidade das instituições para dar apoio ao processo de reforma”. A visão que predominou inicialmente prestou maior atenção a promulgar leis e normas bem formuladas, e não tanto à idoneidade, independência e incentivos das instituições que teriam de implementar aquelas legislações. Em outros casos, os mecanismos de controle político e social para vigiar essas instituições e evitar deficiências e falta de transparência não eram adequados.

As primeiras reformas consistiram em desmontar controles de preços, reduzir tarifas, privatizar as empresas do Estado e eliminar intervenções que provocam distorções nos mercados financeiros. Eram, pois, reformas que não requeriam muito apoio institucional. O problema nas etapas seguintes consistiu em não poder desenvolver as instituições necessárias para regular as empresas privatizadas, para aplicar as normas e leis de regulamentação e supervisão financeira, para arrecadar impostos e para estabelecer novos mecanismos de apoio ao financiamento eficiente e expansão dos mercados.

O segundo é “o papel que desempenhou a variável internacional”. A oferta de recursos financeiros para a América Latina e o Caribe tem sido instável e volátil em seu volume, seu custo e sua composição, como afirmamos anteriormente. Em consequência, a volatilidade da situação internacional reduziu o impacto das reformas sobre o investimento e o crescimento e contribuiu à instabilidade macroeconômica. Mais que nunca é preciso, como assinalamos, aumentar a poupança e avançar nos acordos concluídos na reunião da Organização Mundial do Comércio recentemente realizada em Doha, que foi um destaque do ano passado. O Diretor Geral da OMC há poucas semanas nos assinalava que, se as barreiras ao comércio em agricultura e têxteis pudessem ser reduzidas à metade, isso por si só aumentaria a renda dos países em desenvolvimento em mais de 200 bilhões de dólares nos próximos 15 anos.

Estas observações nos desafiam a avaliar o processo de reformas, a incentivar novas políticas orientadas a melhorar a eficiência das mesmas e a abordar novos campos que precisam ser modernizados.

Para apoiar os governos nestas tarefas de análise de experiências e revisão de resultados o BID uma vez mais deve recordar que sua tarefa é ser "algo mais que um banco". A avaliação de práticas, as análises comparativas e o exame de alternativas devem alentar o diálogo formal e informal com os governos e a sociedade civil, bem como a pesquisa aplicada.

Resta muito a fazer no âmbito das reformas financeiras, trabalhistas, comerciais e fiscais, entre outras. Isto requer uma nova presença do Estado que corrija as “falhas do mercado e as falhas do governo”. Para que os mercados possam operar, se necessita de estabilidade, ordem e credibilidade. Seja qual for o poder regulador espontâneo dos preços, somente um Estado honesto, transparente e decisivo pode proporcionar estabilidade, ordem e credibilidade. É impossível imaginar um processo sustentado de desenvolvimento econômico e social num ambiente onde ainda existem a ilegalidade, a corrupção e a impunidade, e onde as leis não têm legitimidade política nem social. É impossível imaginar a viabilidade de um sistema de mercado e uma sociedade aberta sem um Estado eficaz e transparente.

Finalmente, embora reste muito a fazer, é preciso avançar com cautela e com modéstia. Com cautela, porque, se as reformas não têm um mínimo de aceitação local ou não são adotadas como próprias pela sociedade e seus dirigentes, será muito difícil que se desenvolvam mecanismos institucionais efetivos. As reformas podem estagnar-se e converter-se em reformas nominais, que não conseguem transcender as barreiras da ineficiência e da corrupção.

Com modéstia, porque não devemos pretender que sabemos tanto como às vezes acreditamos. Não há receitas fáceis para crescer nem sair da pobreza. Há, sim, lições produzidas pela experiência de êxitos e fracassos, que devem ser aproveitadas caso por caso com liderança e perseverança.

D. Novos desafios para o Banco

Na década de 90, a globalização dos mercados financeiros e dos investimentos se somou às reformas e à abertura dos mercados – especialmente os financeiros – e mudaram os métodos tradicionais do financiamento do desenvolvimento para vários países da região. Estes começaram a receber importantes fluxos financeiros e investimentos diretos, o que se traduziu na diminuição do papel dos bancos de desenvolvimento e na abertura de novas oportunidades para a cooperação destes bancos com o setor privado.

As recentes realidades da economia internacional e das crises financeiras em nossos países nos trouxeram de volta as realidades insuperáveis do ciclo econômico e do fenômeno do contágio. Como já indicamos, as correntes financeiras se reduziram e se encareceram, a percepção do risco aumentou, os investimentos se tornaram mais seletivos e o interesse pelos mesmos diminuiu.

Estou seguro de que esta conjuntura cíclica será superada e que a salutar tendência iniciada na década de 90, vinculada às globalizações dos mercados financeiros, será restabelecida. Enquanto isso, volta-se a reclamar uma presença mais ativa e marcada do Banco na região, à qual devemos responder.

Numa recente reunião, a Comissão da Assembléia de Governadores propôs um novo esquema de financiamento que estou certo será de inestimável apoio a nossos mutuários. Esse esquema distingue os três grandes instrumentos da cooperação financeira do Banco: os empréstimos de investimentos, os empréstimos de apoio a reformas de políticas e os empréstimos de emergência.

Os Governadores destacaram uma condição comum nas três categorias: todas elas devem ser permanentemente avaliadas em seu impacto sobre o desenvolvimento, e que o mesmo possa ser medido para assegurarmos da eficácia do Banco, e para melhorar a qualidade de sua carteira.

A Administração espera responder a este mandato, renovando sua atenção à obtenção de resultados; para isso trabalharemos com a Diretoria Executiva no melhoramento dos mecanismos de programação e avaliação, em coordenação com outras instituições multilaterais e bilaterais.

Nosso diálogo com os governos dos países mutuários, com o setor privado e com a sociedade civil é o melhor instrumento para nos assegurarmos do compromisso de seus integrantes com os programas de desenvolvimento apoiados pelo Banco.

Propomo-nos concentrar nossos esforços em aumentar a participação dos projetos de investimento em nossa carteira de empréstimos, esteios do Banco desde a sua criação.

Devemos assegurar que nossos empréstimos de apoio às reformas de política, os quais, segundo acreditamos sinceramente, desempenharam um papel importante nos processos de reformas na década passada, respondam a objetivos claros e incluam metas e indicadores que permitam avaliar seu impacto sobre o desenvolvimento.

Devemos reconhecer que a volatilidade da conjuntura internacional, as crises financeiras internas e os desastres naturais expõem a nossa região com maior frequência do que gostaríamos a fortes fenômenos recessivos. Isto levou a criar uma linha de ação para apoiar os países no alívio dos custos sociais destas crises nas populações de menor renda, a proteger o financiamento dos programas sociais e à preservação das reformas de políticas vigentes.

Em todas as crises, a presença temporal do Banco nestas emergências só pode ser complementar da função central que cumpre o Fundo Monetário Internacional, e estar enquadrada nas linhas de ação predefinidas.

Como toda instituição financeira, o BID não pode estar imune aos riscos financeiros. Por isso, invariavelmente a administração de nossas finanças tem sido norteada pela prudência e a mesura.

Esta gestão, acompanhada pelo compromisso que os países membros assumiram com esta grande cooperativa que é o BID ao longo de toda a sua história, invariavelmente lhe proporcionou a mais alta qualificação de suas emissões nos mercados financeiros. O Banco e todos os seus acionistas devem sentir-se particularmente orgulhosos destes resultados.

Na administração de todas as novas linhas de ação do Banco, tanto nos riscos soberanos como nos riscos privados, o mandato de preservar a solvência financeira e a integridade do capital exigível, bem como de salvaguardar a classificação AAA, continua sendo fundamental, e ao qual devemos nos dedicar todos, Banco, mutuários e não mutuários por igual.

Finalmente, ao longo de seus 42 anos de vida, a Instituição serviu a seus países com responsabilidade e flexibilidade para atender as novas necessidades, sem perder de vista o objetivo que tão sabiamente está expressado no Artigo I do *Convênio Constitutivo*: “O Banco terá por objetivo contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em desenvolvimento”.

Há quatro anos, a Diretoria Executiva e a Administração prepararam uma *estratégia institucional* para concretizar os mandatos da Oitava Reposição de Recursos à luz das novas realidades econômicas e sociais da região e do mundo.

Para responder aos objetivos centrais de reduzir a pobreza e promover um crescimento ambientalmente sustentável, foram identificados quatro pilares de ação em torno das políticas de desenvolvimento social, de competitividade, de governabilidade e de integração.

Mais recentemente, coincidindo com a mudança de século, os Chefes de Estado e de Governo das Nações Unidas aprovaram metas coletivas na *Declaração do Milênio* para assegurar o progresso econômico e social de nossos povos.

A América Latina e o Caribe assumiram esse compromisso. O Banco deve associar-se às políticas nacionais e regionais para alcançar as metas de desenvolvimento da *Declaração do Milênio*, ao qual poderiam somar-se objetivos ainda mais ambiciosos e variados de uma região que se inspira como nenhuma outra numa antiga tradição de cooperação, firmemente ancorada em nobres valores compartilhados.

Propomo-nos incorporar nos exercícios de programação nacional e regional a discussão destes propósitos com os países mutuários.

E. Palavras finais

Gostaria de concluir com algumas reflexões sobre a situação política. Há poucos anos, neste mesmo foro, adverti que, embora a região apresente um panorama democrático, não podíamos ignorar a crescente evidência de que se está incubando entre os cidadãos um

sentimento de frustração pelo funcionamento da democracia. Adverti que devíamos evitar todo risco de regresso a formas autoritárias e à instabilidade política crônica. Continuo convencido de que não há tema mais importante na agenda de nossos países que a plena consolidação de seus sistemas democráticos. Também continuo convencido de que a consolidação da democracia corresponde tanto às exigências éticas dos direitos dos cidadãos como às exigências técnicas e políticas do desenvolvimento, e particularmente da redução da pobreza e desigualdade.

De fato, o progresso econômico compromete a concorrência de numerosos fatores e forças sociais, entre os quais se destacam a poupança, o investimento, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, bem como um conjunto de políticas que respondam aos interesses e aspirações dos cidadãos. Mas somente um genuíno ambiente democrático pode oferecer as condições de estabilidade política e segurança jurídica para promover a poupança, os investimentos e os aportes tecnológicos que exigem a modernização, o aumento da produtividade e a eficiência econômica e justiça social. Somente na democracia pode haver políticas sensíveis às necessidades, aspirações e esperanças da população.

Em anos recentes as pesquisas sugerem que a preferência social pela democracia na América Latina e no Caribe se deteriorou de maneira significativa, o que deve ser motivo de séria preocupação. Mas as mesmas pesquisas também refletem a crescente maturidade política da população, já que a erosão da confiança nas instituições democráticas – a justiça, o parlamento, os partidos políticos – e a insatisfação com seu funcionamento se converteram em cepticismo ou ascensão de novas forças políticas, mas não num apoio a formas autoritárias de governo. Isso não elimina o fato de que se agravou a perigosa percepção de que os partidos políticos e os que ocupam cargos políticos estão mais preocupados em ganhar e conservar o poder, que com o bem público.

Para recuperar a fé e a confiança na democracia e suas instituições políticas e abater esse déficit de esperança, devemos corrigir as deficiências do crescimento econômico e a iniquidade social, e devemos aprofundar os esforços para reduzir a pobreza, fortalecer a segurança dos cidadãos e melhorar a qualidade e acesso aos serviços públicos. Além disso, enquanto os índices de liberdades políticas mantêm a boa tendência ascendente iniciada há 20 anos, em nenhum país se interrompeu o processo de renovação de autoridades mediante eleições genuinamente democráticas; pelo contrário, observamos com satisfação uma tendência ao fortalecimento da democracia.

Na mesma perspectiva de renovação da esperança se insere a assinatura da *Carta Democrática Interamericana* em setembro do ano passado. A transcendência deste instrumento deve ser apreciada sob três perspectivas:

Primeiro, o processo que levou à sua assinatura reflete que a preocupação dos cidadãos com a falência da democracia em nossa região é crescentemente compartilhada pelos líderes e governantes.

Segundo, que a *Carta* leva em consideração ameaças à democracia que vão além da interrupção abrupta ou irregular do processo político e institucional democrático, os assim chamados golpes de estado, para incluir qualquer alteração ou ruptura inconstitucional da ordem democrática, tais como auto-golpes, dissolução das legislaturas, fraude eleitoral e suspensão dos meios de comunicação social.

Terceiro, a *Carta* faz parte do processo mais amplo de incorporação da cláusula democrática nos processos de integração hemisféricos.

Não queria concluir sem referir-me a essa grande irrupção de cidadania que percorre as ruas e praças das cidades de nossos países. É a expressão das grandes demandas de mudança que enfrentam nossos países no papel do Estado, do mercado e dos diferentes atores sociais.

O fato de que essa irrupção de cidadania faz parte das tendências mais profundas da mudança contemporânea revela a inevitabilidade do fenômeno. Mas, de forma complementar, indica também sua desejabilidade, pois acompanha o processo de democratização, sendo expressão do mesmo e reclamando seu aprofundamento, e também acompanha a incorporação na agenda do desenvolvimento de demandas sociais, de inclusão e de proteção do ambiente que humanizam essa agenda.

Os elementos perturbadores, às vezes violentos, que acompanham essa crescente participação dos cidadãos não nos inibem da obrigação de continuar criando condições, políticas e instituições apropriadas que contribuam a canalizar de maneira socialmente desejável a energia dos protagonistas. A solução é a mesma: aprofundar a democracia. Devemos estar conscientes de que as demandas de participação não são incompatíveis com a democracia representativa. A participação se garante através e graças ao fortalecimento das instituições do sistema democrático e constitui o mecanismo de renovação de sua legitimidade.

Temos, então, razões para crer que as dores e tribulações que vivem nossos países são dores e tribulações próprias de um processo de crescimento. Por isso, quero renovar o compromisso de nossa instituição no sentido de apoiar os países da região em seus esforços para consolidar a democracia e alentar o desenvolvimento econômico e o progresso social a que aspiram com legítimo direito as grandes majorias e que sabemos possível graças ao enorme potencial humano e de recursos produtivos de que dispõe a região.